

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A EDUCAÇÃO BÁSICA NO PERÍODO PANDÊMICO: uma análise do rendimento educacional no Nordeste com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Ana Cecília Vasconcelos Loayza¹

Maria Vanessa Silva dos Reis²

RESUMO

A emergência global, sem precedentes, decorrente do vírus SARS-CoV-2, impôs uma série de efeitos à implementação do direito à educação. Em vista disso, objetiva-se analisar as implicações do período pandêmico sobre o rendimento educacional, por meio da análise dos resultados do SAEB 2021 dos municípios da Região Nordeste. Para isso, considerou-se a aplicação do método de análise multivariada de agrupamentos, em que foi possível identificar disparidades na educação básica durante a pandemia para diferentes grupos de municípios nordestinos. Os resultados evidenciam o retrocesso na educação básica e o agravamento das desigualdades educacionais no Nordeste. Os resultados deste trabalho visam contribuir com a literatura para o debate dos desafios a serem enfrentados no contexto pós pandemia.

Palavras-chave: Educação Básica. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Pandemia.

ABSTRACT

The unprecedented global emergency arising from the SARS-CoV-2 virus has imposed a series of effects on the implementation of the right to education. In view of this, the objective is to analyze the implications of the pandemic period on educational performance, through the analysis of the SAEB 2021 results of the municipalities in the Northeast Region. For this, the application of the multivariate cluster analysis method was considered, in which it was possible to identify disparities in basic education during the pandemic for different groups of northeastern municipalities. The results show the setback in basic education and the worsening of educational inequalities in the Northeast. The results of this work aim to contribute to the literature for the debate of the challenges to be faced in the post-pandemic context.

Keywords: Basic Education. Brazilian National System for Basic Education Evaluation. Pandemic.

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC); Doutoranda em Economia Rural; ceciloy@gmail.com.

² Mestra em Economia Rural (UFC); vanessareis6622@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

O contexto pandêmico, ocasionado pela COVID-19, trouxe uma situação sem precedentes, com desafios para o sistema educacional global, impactando significativamente a entrega e a acessibilidade. As consequências dessas rupturas tornaram-se mais evidentes, principalmente no âmbito da educação básica. Escolas e instituições em todo o mundo moldaram-se à necessidade de proteção da saúde e do bem-estar de alunos e educadores, adaptando-se a abrupta transição para o remoto ou híbridos modelos de aprendizagem, revelando assim, uma série de determinantes que perfizeram o cenário da educação básica durante este período.

Segundo Silva e Sousa (2020), o Brasil “pré-pandemia” já possuía vagas e investimentos insuficientes, deterioração das escolas, repetência escolar, evasão, altas taxas de analfabetismo, dentre outros, e além disso, ostentava taxas de aprovação no ensino fundamental que figuravam entre as mais baixas do mundo, mesmo nos dias atuais (TAVARES JÚNIOR, 2019). Com a pandemia, tais problemas foram agravados e somados às crises sociais e financeiras permanentes enfrentadas pelos países subdesenvolvidos, principalmente, em regiões que apresentam, historicamente, cenários marcados pela precariedade socioeconômica. Ainda segundo os autores, a ONU estimou que cerca de 1,5 bilhão de estudantes ficaram sem aula em, aproximadamente, 174 países, em razão do fechamento das instituições de ensino para contenção do *coronavírus* (SILVA; SOUZA, 2020). Na esteira desta crise global, tornou-se imperativo avaliar e analisar o contexto situacional do rendimento da educação básica durante o período pandêmico.

Este estudo enfoca o desempenho educacional na região Nordeste do Brasil, uma das mais populosas e socioeconomicamente diversas do país, objetivando analisar e discutir as implicações do período pandêmico sobre o rendimento da educação, por meio de uma análise estatística dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2021, se atendo aos níveis de ensino fundamental e médio dos municípios nordestinos. Para o alcance deste objetivo, considerou-se as metodologias de análise descritiva e de agrupamentos (*cluster*), em que foi possível evidenciar padrões, tendências e disparidades na educação

PROMOÇÃO



APOIO

básica durante a pandemia e a comparação com o período pré-pandêmico, assim como a identificação dos grupos de municípios que apresentam o menor rendimento e, portanto, requerem maior atenção governamental. As bases de dados utilizadas são referentes às edições de 2019 e 2021 do SAEB, obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ao verificar os dados e as tendências revelados pelo SAEB, este artigo dispõe-se a contribuir com o debate em torno da educação, sob um contexto de medidas governamentais ultraliberais, das múltiplas consequências e das tensões decorrentes do *coronavírus*, fornecendo informações relevantes para os formuladores de políticas públicas, pesquisadores, educadores e demais interessados que trabalham em direção a um sistema educacional inclusivo e resiliente.

Com efeito, a investigação ora sob relato está dividida em cinco sessões, iniciando por esta introdução, seguida da revisão de literatura sobre um breve histórico da educação básica brasileira, o SAEB e as perspectivas educacionais após o período pandêmico. Logo após, apresenta-se a metodologia utilizada, seguidamente dos resultados e discussão da pesquisa. E, por fim, as considerações finais.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Feitosa *et al.* (2022), o desenvolvimento da educação se deu por meio da necessidade de atender às dificuldades que surgiram em diferentes épocas. No Brasil, a educação foi, gradualmente, incorporada aos direitos sociais. A escolarização tornou-se compulsória década após década, com obrigatoriedade e escopo ampliados (TAVARES JÚNIOR, 2019).

Nesse sentido, a educação brasileira passou por três fases de transformações: I. Desde a descoberta até 1930, caracterizada pela tradição com foco no ensino religioso; II. De 1930 a 1964, marcada pelos confrontos entre os ensinos público e privado, em que, com o objetivo de aperfeiçoar o desenvolvimento educacional, foi proposta uma tentativa de “fuga” do método tradicional, porém,

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



posteriormente, isso acabou fragilizando a qualidade do ensino; e III. Em 1985, com o início da transição do ramo educacional, caracterizada pelo termo “educação para todos”, sendo corroborado e efetivado após a criação da Constituição Federal de 1988, em que declara a educação como um direito de todos e dever do Estado, objetivando o desenvolvimento e preparo da cidadania e qualificação para o trabalho (FEITOSA *et al.*, 2022).

Segundo Bello (2021), até a década de 1990, a educação pública brasileira dependia da receita de cada ente federativo e da quantidade de matrículas. Com a criação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), a partir de 1996, os recursos passam a ser redistribuídos aos estados e municípios, considerando o total de estudantes matriculados anualmente no ensino fundamental. Aproximadamente uma década depois, o Fundef é transformado em Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) – Emenda Constitucional de nº 53 (2006) – com prazo de 14 anos. Este fundo educacional passou a incluir toda a educação básica (até o final do ensino médio), considerando o último recenseamento escolar para redistribuição, dependendo do custo por aluno de cada estado, baseado na receita estimada do fundo e na quantidade de alunos matriculados em escolas estaduais e municipais. Em 2020, a EC nº 108, mudou o caráter temporário do Fundeb e estabeleceu novos patamares de investimento na Educação Pública, em que a União contribui, com um aumento gradativo, até atingir 23% dos recursos em 2026 (BELLO, 2021; GRAMANI, 2017).

No Estado brasileiro, a matéria educacional é consolidada pela Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, DF, Estados e Municípios, competindo a cada um organizar seu próprio sistema de ensino, cabendo ainda a União a coordenação da política nacional de educação. No tocante à educação básica, no que se refere às incumbências prescritas pela LDB aos Estados e ao DF, está em assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem (BRASIL, 2013a). Segundo Silva e Sousa (2020), o direito à educação está

PROMOÇÃO



APOIO

intrinsecamente ligado à efetivação da igualdade como instrumento de liberdade e, portanto, deve ser adaptável às transformações sociais e apto a atender às necessidades dentro dos mais diversos contextos sociais, religiosos, econômicos, culturais e políticos. A seguir são demonstradas algumas políticas e ações educacionais promissoras e alguns resultados positivos e negativos anteriores à pandemia (Quadro 1).

Quadro 1 – Políticas educacionais promissoras pré-pandemia

POLÍTICAS E AÇÕES EDUCACIONAIS PROMISSORAS
Mudança do Fundef para o Fundeb
Modernização do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
Inclusão de plataformas e materiais digitais
Consolidação do Novo Enem
Ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)
Elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE)
RESULTADOS POSITIVOS
Queda da desigualdade relacionada aos anos de estudo
Ascensão do bem-estar educacional
RESULTADOS NEGATIVOS
Altos índices de evasão escolar
Desigualdades nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Fonte: NERI; OSÓRIO (2020); BELLO (2021).

A medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, estabeleceu normas excepcionais para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente do *coronavírus*, dentre elas a desobrigação de observância ao mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar na educação básica, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SILVA; SOUSA, 2020). Conforme argumentam Neri e Osório (2020) e Bello (2021), até o início da pandemia, a educação pública caminhava a passos modestos para mais uma década de avanços, porém, foi interrompida de forma definitiva com a chegada da crise sanitária.

Durante o período pandêmico, a educação pública brasileira enfrentou uma queda contínua, tanto na educação básica quanto na superior, fomentada pela necropolítica negacionista do, então, Governo Federal (CAVALCANTI; FILHO; FARAGE, 2022). Em tempos pandêmicos, esperava-se maior aporte de recursos financeiros do Governo Federal, considerando a necessidade de reestruturação das formas de ensino e da garantia de segurança sanitária. Contudo, o caminho de enfrentamento à pandemia escolhido e sinalizado resultou no agravamento da já profunda desigualdade entre os estudantes das classes mais pobres e os das classes média e alta (BELLO, 2021; CAVALCANTI; FILHO; FARAGE, 2022).

2.1 Avaliação educacional de larga escala por meio de indicadores de rendimento – SAEB

A avaliação educacional em larga escala fornece elementos para subsidiar políticas e diretrizes adequadas à realidade educacional nos contextos municipal, estadual e nacional. Embora a avaliação educacional estivesse em vias de desenvolvimento, tornou-se perceptível o avanço empreendido nessa área por meio de recursos metodológicos e avaliações operacionalizadas (ANDRADE; LAROS, 2007).

No período pré-pandêmico, a implantação dos sistemas de avaliação educacional tornou-se uma política com avanços significativos no Brasil. Diversas iniciativas deram forma a um robusto sistema de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, consolidando-se, assim, como uma efetiva política de avaliação educacional. Tal política, considerada uma das mais abrangentes e eficientes, englobam programas como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (ENADE), o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (ENCEJA), o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Tais sistemas juntamente com o sistema de avaliação da

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



educação mais antigo do país, de Pós-Graduação da Capes, conformam um macrossistema de avaliação da qualidade da educação brasileira (CASTRO, 2009).

Para este estudo, como explanado na seção anterior, será considerado para análise do rendimento educacional o SAEB. Este sistema teve início em 1990, por meio de uma avaliação amostral de escolas públicas urbanas. Inicialmente, foram consideradas quatro séries (1^a, 3^a, 5^a e 7^a) do ensino fundamental e testes de língua portuguesa, matemática e ciências. O formato foi repetido em 1993, contudo os resultados não foram colacionáveis. Em 1995, adotou-se a Teoria da Resposta ao Item (TRI), passando então a avaliar os anos finais dos ciclos fundamentais e médio. A partir de 2001, apenas avaliou-se matemática e português, considerando os resultados das escolas estaduais no ensino fundamental entre 1997 e 2011 (TAVARES JÚNIOR, 2019). Em 2019, foi marcada pelo período de transição entre as matrizes de referência utilizadas desde 2001 e o início da conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E, por fim, em 2021, é acrescentada e implementada a avaliação da educação infantil (BRASIL, 2022c).

3 A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA NO PÓS-PANDEMIA

A era pandêmica trouxe alterações significativas no cotidiano da espécie humana, com reverberações sanitárias, sociais, econômicas e políticas. O contexto educacional, foco deste estudo, foi um dos cenários mais afetados. Cavalcanti, Filho e Farage (2022) constataram, em sua pesquisa, o cenário de cortes dos recursos financeiros em meio à pandemia, por parte do Governo Federal, corroborando com a situação preocupante de queda dos investimentos educacionais em um contexto em que se esperaria posicionamento contrário e adaptado às novas perspectivas, inclusive orientado à diminuição das desigualdades. Tais evidências demonstraram a ausência de esforço da União de prestar assistência aos demais governos para garantia de condições para amenização dos impactos da pandemia no direito à educação. Bello (2021) constatou que, ao analisar os diversos programas e ações, não foi identificada nenhuma ação voltada para a garantia das aulas em situação remota ou mesmo para adaptação do ensino.

PROMOÇÃO



APOIO



Estudos desenvolvidos por organismos nacionais e internacionais aventam panoramas futuros que, cada vez mais, apontam para o aumento das desigualdades em relação ao financiamento da educação, afetando não somente a destinação, mas, principalmente a distribuição, considerando a disponibilidade desigual dos recursos educacionais (CAVALCANTI; FILHO; FARAGE, 2022). Bello (2021) afirma que os alunos mais pobres foram os mais afetados pela falta de oferta de atividades escolares, o que reforça a perspectiva de que as desigualdades de oportunidades e de desempenho educacional agravaram-se ainda mais com a pandemia, interrompendo a convergência histórica de equalização de cerca de vinte anos, situando, assim, a educação pública em um cenário de desigualdade avançada.

4 METODOLOGIA

O INEP (2022b) observa que houve redução das taxas de respostas recebidas na edição do SAEB 2021 em comparação com as edições anteriores. Desta forma, torna-se relevante ressaltar as informações disponíveis para este estudo. Para a divulgação dos resultados do SAEB 2021 por municípios, estes deveriam atender aos seguintes critérios estabelecidos pela Portaria nº 399, de 2 de setembro de 2022: a) registrar, no mínimo, 10 (dez) estudantes presentes no momento da aplicação dos instrumentos; b) alcançar taxa de participação de, pelo menos, 50% (oitenta por cento) dos estudantes matriculados. Dessa forma, cerca de 94,85% dos municípios brasileiros tiveram os resultados do 5º ano do ensino fundamental divulgados e os resultados do 9º ano estão disponíveis para 91,65% dos municípios. Para o ensino médio tradicional, os resultados estão disponíveis apenas para 59,55% dos municípios brasileiros. Diante do exposto, os dados utilizados neste estudo não contempla a totalidade dos municípios nordestinos.

Para tanto, foram analisados 1.658 municípios do Nordeste com informações disponíveis da avaliação de 2021 do SAEB para o ensino fundamental, enquanto para o ensino médio foram 987 municípios. Foram consideradas como variáveis de análise as notas por município, que no caso se refere à proficiência média, das provas de língua portuguesa e matemática. Tomou-se a decisão de excluir os dados

PROMOÇÃO



APOIO

da rede federal de ensino, deste modo, os dados utilizados são restritos às redes municipal e estadual, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira (INEP).

A técnica estatística utilizada foi a análise de agrupamentos (*cluster analysis*), que é um procedimento estatístico que permite o agrupamento de variáveis em grupos homogêneos em função do grau de similaridade entre as observações, com suporte em variáveis predeterminadas (FÁVERO; BELFIORE, 2017). Desta forma, a técnica permitiu o agrupamento dos municípios nordestinos por meio da semelhança nas notas de Língua Portuguesa e Matemática obtidas na edição de 2021 do SAEB.

Neste estudo, considerou-se o método não hierárquico. Nos esquemas não hierárquicos parte-se do conhecimento prévio dos grupos para a formação destes. Com base nisso, o método permitiu a alocação dos municípios em quatro grupos predefinidos, de acordo com as notas de Língua Portuguesa e Matemática. As nomenclaturas utilizadas para os grupos foram: MBRE (Muito Baixo Rendimento Educacional), BRE (Baixo Rendimento Educacional), MRE (Médio Rendimento Educacional) e ARE (Alto Rendimento Educacional). Os agrupamentos dos municípios foram formados para dois contextos distintos: ensino fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio tradicional.

O presente estudo ainda se propôs a confrontar os resultados de 2019 e 2021. Para isso, foi calculada a variação absoluta das notas de Língua Portuguesa e Matemática entre os respectivos anos de cada município, e em seguida a média em cada grupo. Assim, foi possível contrastar com os resultados em nível nacional apresentados pelo INEP (2022a).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do documento de apresentação do INEP (2022a), verifica-se que houve um contexto de quedas das notas, isto é, das proficiências médias, das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de 2021 em relação ao ano de 2019. A região Nordeste foi aquela em que se observou os mais baixos desempenhos no

SAEB de 2021, com grande quantidade de municípios com notas abaixo da média nacional.

Examinar a situação dos municípios caso a caso se tornaria um exercício exaustivo, mas agrupando-os de acordo com as similaridades das notas obtidas no SAEB pode-se ter um quadro mais detalhado de como estão distribuídos os desempenhos educacionais dos municípios da região Nordeste em 2021. Com a aplicação da análise de *cluster*, tendo como base os quatro grupos predefinidos citados na seção anterior, constatou-se que: cerca de 85% dos municípios analisados foram classificados nos grupos de “Muito Baixo Rendimento Educacional” e “Baixo Rendimento Educacional”, em torno de 13% foram classificados no grupo com “Médio Rendimento Educacional” e, apenas 2% no grupo de “Alto Rendimento Educacional” para o ensino fundamental.

Já em relação ao ensino médio, quase 82% dos municípios analisados foram classificados nos grupos “Muito Baixo” e “Baixo Rendimento Educacional”; e um pouco mais de 18% nos grupos “Médio” e “Alto Rendimento Educacional”. As médias das notas de cada grupo estão disponíveis nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Desempenho dos municípios nordestinos no ensino fundamental - 2021

Grupos	Municípios	ENSINO FUNDAMENTAL			
		Anos Iniciais		Anos Finais	
		Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
MBRE	686	170,63	181,85	228,59	226,06
BRE	724	188,73	198,40	244,82	243,52
MRE	215	214,94	226,21	259,96	262,31
ARE	33	261,62	284,99	289,06	309,98
Média Nacional*		208	217	258	256

*Nota: Informações – INEP (2022a).

Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Tabela 2 – Desempenho dos municípios nordestinos no ensino médio - 2021

Grupos	Municípios	ENSINO MÉDIO TRADICIONAL	
		Língua Portuguesa	Matemática
MBRE	389	244,62	238,35
BRE	419	264,11	258,79

PROMOÇÃO



APOIO

MRE	175	282,62	282,52
ARE	4	316,24	348,52
*Média Nacional		275	270

*Nota: Informações – INEP (2022a).

Fonte: resultados da pesquisa (2023).

A partir dos agrupamentos, é possível fazer comparações das notas obtidas pelos municípios em relação à média nacional. A maioria dos municípios com notas mais elevadas são pertencentes aos estados do Ceará e Pernambuco, em que alcançaram notas acima da média nacional. Já dos grupos de “Muito Baixo” e “Baixo Rendimento”, as notas ficaram consideravelmente abaixo da média nacional. A partir das Figuras 1 e 2, é possível localizar os municípios e os grupos formados.

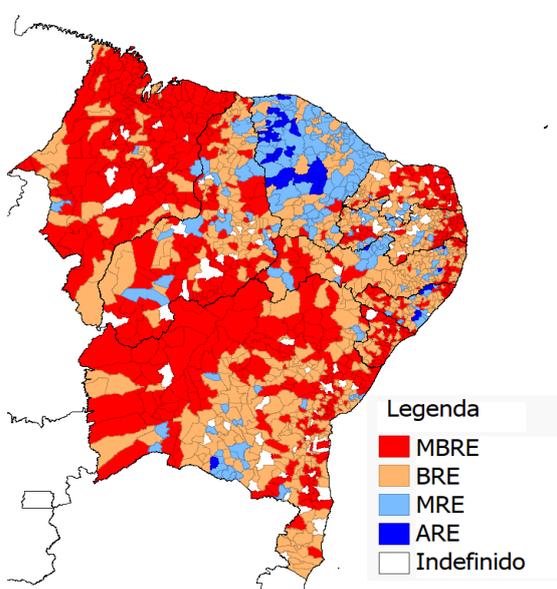


Figura 1 – Mapa do desempenho dos municípios no ensino fundamental - 2021

Fonte: resultados da pesquisa, 2023.

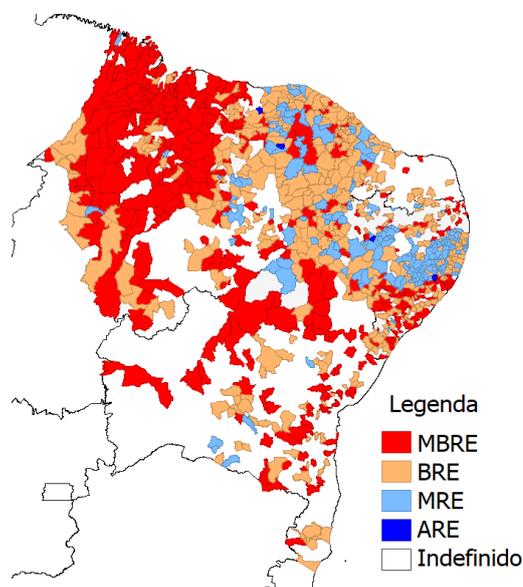


Figura 2 – Mapa do desempenho dos municípios no ensino médio - 2021

Fonte: resultados da pesquisa, 2023.

Com esse exercício empírico, apreende-se o quadro de desigualdade na educação básica brasileira, com uma grande quantidade de municípios do nordeste apresentando desempenho bem inferior ao restante do país no ano de 2021, com exceção do Ceará, com notas médias maiores no ensino fundamental: nos anos iniciais em Língua portuguesa (217,3) e Matemática (226,4); e nos anos finais em

Língua portuguesa (261,1) e Matemática (262,4). Enquanto no ensino médio, Pernambuco se sobressaiu nas notas médias em Língua portuguesa (276,5) e Matemática (274,9).

Como abordado na seção teórica deste estudo, Silva e Sousa (2020) afirmam que o direito à educação está interligado a igualdade como instrumento adaptável aos mais diversos contextos sociais. No entanto, verificou-se, ao comparar as avaliações do instrumento de avaliação SAEB, que os estudantes nordestinos dos ensinos fundamental e médio, apresentaram desempenho inferior, quando comparados à avaliação realizada em 2019. Considerando o cenário pandêmico, com o fechamento das escolas e as aulas remotas, o desempenho educacional, embora já desigual, apresentou um agravamento, decorrente também da iniquidade de acesso à educação e a evasão escolar dos grupos mais vulneráveis da sociedade, principalmente, nas regiões socioeconomicamente mais pobres. A Tabela 4 apresenta uma análise comparativa por meio do cálculo da diferença entre os anos de 2019 e 2021, das notas do SAEB, por grupo.

Tabela 3 - Comparativo das notas do SAEB por grupo – 2019 e 2021

Grupos	Fundamental Anos Iniciais		Fundamental Anos Finais		Ensino médio Tradicional	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
MBRE	-6,41	-8,74	-3,66	-7,00	-6,79	-9,05
BRE	-6,15	-10,39	-1,99	-6,24	-4,10	-7,19
MRE	-1,78	-6,60	-2,39	-6,46	0,59	-1,95
ARE	15,59	14,78	10,98	17,12	16,88	22,44
Média Nacional	-7	-11	-2	-7	-3	-7

*Nota: Informações – INEP (2022a).

Fonte: resultados da pesquisa (2023).

De forma geral, de acordo com a Tabela 3, verifica-se que houve queda das notas do SAEB nos grupos, exceto naquele composto pelos municípios com maior nota, em que se observa melhora das notas entre os anos de 2019 e 2021. Quanto ao desempenho do ensino fundamental, as quedas nas notas de Língua portuguesa



e Matemática acompanharam a média nacional nos municípios classificados nos grupos de “Muito Baixo” e “Baixo Rendimento Educacional”.

No ensino médio tradicional, o quadro é bastante preocupante, com quedas nas notas, em grande proporção, nos mesmos grupos supracitados, com variação além da média nacional. Os municípios classificados no grupo de “Muito Baixo Rendimento Educacional” para o ensino médio, em sua grande maioria, estão localizados no Estado do Maranhão (39%), sendo importante chamar a atenção para os resultados deste grupo, que são ainda mais críticos, nas duas disciplinas avaliadas. As quedas das notas em Língua Portuguesa e Matemática foram, respectivamente, 3,79 e 2,05 pontos a mais que a média nacional.

Cabe ressaltar que as informações do SAEB 2021 para o ensino médio não estão disponíveis para todos os municípios do Nordeste, o que dificulta conceber, com clareza, uma análise da situação do ensino médio na região em 2021, sendo imprescindível aos gestores e pesquisadores a busca de dados e informações complementares para este tipo de avaliação.

Em suma, os números extraídos do SAEB 2021 revelam um cenário de retrocesso da educação brasileira no período pandêmico. Além disso, os resultados deste trabalho indicam o agravamento da desigualdade educacional no Nordeste, um problema pré-existente, em que, no contexto atual, exigirá um esforço desmedido de formuladores de políticas públicas, especialistas, pesquisadores, dentre outros, para contornar o quadro dramático estabelecido.

6 CONCLUSÃO

O rendimento, historicamente, é um dos maiores gargalos do desenvolvimento educacional brasileiro. Tal limitante correlaciona-se com a igualdade de oportunidades (acesso equânime e adequadas possibilidades de permanência). Embora tenha acontecido breves avanços, a pandemia corroborou com o agravamento da situação desigual do desempenho educacional do país. Regiões com disparidades socioeconômicas e desigualdades regionais evidentes, tais como o Nordeste, apresentaram redução acelerada das oportunidades

PROMOÇÃO



APOIO

educacionais, por meio de problemas pré-existentes, mas, agravados devido a determinantes críticos na educação básica no período pandêmico.

Tendo em vista os resultados apresentados, evidencia-se que a crise ampliou dificuldades pré-existentes, o que desvelou novos desafios dentro do sistema educacional brasileiro. Identificar e entender a situação educacional da região Nordeste é um dos principais caminhos para o desenvolvimento de estratégias eficazes de mitigação do impacto da pandemia, tanto para formuladores de políticas públicas quanto para educadores e partes interessadas, na busca para garantir um ambiente de aprendizagem resiliente e inclusivo para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. M.; LAROS, J. A. Fatores Associados ao Desempenho Escolar: Estudo Multinível com Dados do SAEB/2001. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 1, Jan.-Mar., p. 033-042. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/yRZ9Jqbv6zjFKqCj3LDvJRr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a. 542p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996b.
BELLO, A. Educação pública em meio à pandemia da covid 19. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas – Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie*, 10., 2021, Maranhão. **Anais** [...]. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2021.

CAVALCANTI, C. R.; GONÇALVES FILHO, A.; FARAGE, E. J. POLÍTICAS PÚBLICAS E PANDEMIA: regressão social, financiamento e implicações para a educação pública e para a saúde. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. Especial, p. 564–583. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp564-583>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CASTRO, M. H. G. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL avanços e novos desafios. São Paulo, **Perspec.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FEITOSA, W. P. B. *et al.* Educação em tempos de covid-19: uma revisão sistemática sobre os impactos do isolamento social na qualidade do acesso à educação básica no Brasil. **ID on line Revista de Psicologia**, Sobral, v.16, n. 63, p. 492-514. 2022. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/3558/5647/14269>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GRAMANI, Maria Cristina. A desigualdade socioeconômica afeta mais municípios menos favorecidos? **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 164, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/5tnvqPFPQQ4smq3dddRyCtb/?lang=pt>, acessado em: 15/06/2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica - SAEB, 2021**. Brasília: MEC, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota informativa dos resultados do SAEB 2021 – versão retificada**. Brasília: MEC, 2022b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/saeb/outros_documentos/nota_explicativa_saeb_2021.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Avaliações e exames educacionais – SAEB – Resultados**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 25 maio 2023.

NERI, M.; OSÓRIO, M. C. **Tempo para Escola na Pandemia** (Sumário Executivo) FGV Social, Rio de Janeiro, RJ – out. 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/10/FGV-Social-Neri-e-Osorio-Tempo-para-Escola-Pandemia.pdf>. Acesso em 27 maio 2023.

SILVA, D. S. V.; SOUSA, F. C. Direito à educação igualitária e(m) tempos de pandemia: desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 6, n. 4, p. 961-979. 2020. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_0961_0979.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

TAVARES JUNIOR, F. **Rendimento educacional no Brasil**. Juiz de Fora: OIps Gráfica, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

